




CARREGAL DO SAL

ATA NÚMERO TRÊS (2017-2021) DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL, REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DO ANO DE 2017.

—Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Carregal do Sal, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Carlos Jorge Morgado Gomes, secretariado, respetivamente, pela Primeira Secretária Ana Isabel Abrantes Ribeiro e pela Segunda Secretária Isabel Clara Amaral Teixeira.

—VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO. REGISTO DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.—

—Verificada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, declarou aberta a sessão, eram precisamente vinte horas e quinze minutos.

—Não foram registadas faltas dos membros da Assembleia Municipal.

—REGISTO DAS PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO. —

—Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara, Rogério Mota Abrantes, do Vice-presidente da Câmara, José Sousa Batista e dos Vereadores Ana Cristina Silva Sousa Borges, António Óscar de Almeida e Paiva e Toni Serge Costa Ribeiro.

—INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.—

—O Presidente da Assembleia Municipal informou que o expediente rececionado neste órgão deliberativo, arquivado em pasta e disponível para consulta, tinha servido de base à ordem do dia a seguir transcrita, prévia e legalmente distribuída por todos os



membros: _____

_____**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA**_____

_____**1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.**_____

_____**ORDEM DO DIA**_____

_____**2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA**_____

_____**APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**_____

_____**3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**_____

_____**3.1. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO**_____

_____**GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) E DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2018. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**_____

_____**3.2. MAPA DE PESSOAL**_____

_____**MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**_____

_____**3.3. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS**_____

_____**FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), NOS TERMOS DO CIMI. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**_____

_____**3.4. ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL**_____

_____**ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) DURANTE 3 ANOS PARA TODOS OS EDIFÍCIOS PARA HABITAÇÃO, TOTAL OU PARCIALMENTE DANIFICADOS PELOS INCÊNDIOS FLORESTAIS, OCORRIDOS NO CONCELHO DE CARREGAL DO SAL EM 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2017. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**_____

_____**3.5. RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES AFETADAS PELOS INCÊNDIOS FLO-**

RESTAIS_____



REGIME EXCECIONAL DE CONTROLO PRÉVIO RELATIVO À RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTRUÍDOS OU GRAVEMENTE DANIFICADOS EM RESULTADO DE CATÁSTROFE (INCÊNDIOS FLORESTAIS) – D.L. 130/2017, DE 9 DE OUTUBRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

3.6. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS. DEFINIÇÃO DA PERCENTAGEM A QUE ALUDE O ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

3.7. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM

FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), NOS TERMOS DA LEI N.º 5/2004. DE 10 DE FEVEREIRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

3.8. ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO

EMPREITADAS E AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS – ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

3.9. ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIAS DE TRIBUTOS PRÓPRIOS

ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIA DE TRIBUTOS PRÓPRIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

3.10. CICLOVIA/ECOVIA DE CARREGAL DO SAL

DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL EMITIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

3.11. FERIADO MUNICIPAL

ADEQUAÇÃO DO TEXTO DELIBERATIVO AO ESPÍRITO E À PRÁTICA SEGUIDA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

4. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

De seguida foram tratados os assuntos abaixo descritos e tomadas as seguintes deliberações:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA

1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.

APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE.

O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para apresentar cumprimentos e informar que a elaboração da proposta de ata da sessão extraordinária realizada no dia dezassete de novembro de dois mil e dezassete não foi feita atempadamente, pelo que será enviada no início da próxima semana e será votada na próxima sessão. Referiu que estava previsto que o projeto de ata da presente sessão será enviado a partir do dia quinze de janeiro do ano de dois e mil e dezoito.

PEDIDO DE PARECER À CCDRC.

O Presidente da Assembleia Municipal informou, também, que à dúvida suscitada na última sessão sobre a aplicação ou não do método de Hondt ao resultado de uma votação, não tinha sido possível fazer a consulta escrita à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, devida também à quadra festiva, mas que tal iria ser feita no início do próximo mês e ano. Informou que toda a correspondência recebida e expedia se encontrava arquivada em pastas próprias, podendo ser consultada por eventuais interessados.

VOTO DE PESAR E MINUTO DE SILÊNCIO PELO FALECIMENTO DO SENHOR ATÍLIO DOS SANTOS NUNES.



———O Presidente da Assembleia Municipal referiu-se, de seguida, a um acontecimento que era do conhecimento geral e que tinha a ver com o falecimento, naquele dia, do senhor Atílio dos Santos Nunes, ex-presidente da Câmara Municipal ligado ao desenvolvimento concelhio, ex-empresário e que em dois mil e dezasseis, aquando da comemoração do Feriado Municipal, foi distinguido com a Medalha de Mérito Autárquico, Grau Ouro. Disse ter na sua posse um documento elaborado pelos grupos municipais, referente a um voto de pesar e respeito de um minuto de silêncio, pelo falecimento do ex-presidente da Câmara Municipal, que leu de seguida e que é do seguinte teor: ——

———**“VOTO DE PESAR** ——

———A Assembleia Municipal de Carregal do Sal delibera manifestar publicamente o seu profundo pesar pelo falecimento do senhor Atílio dos Santos Nunes, natural da Freguesia de Oliveira do Conde. Foi um cidadão sempre empenhado no desenvolvimento económico, social e cultural do Concelho e no tratamento justo de todas as pessoas, realçando assim o seu grande humanismo. ——

———Integrou os órgãos sociais de diversas associações que ajudou com o seu saber e experiência. ——

———Tendo desempenhado o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal durante vários mandatos, num total de 24 anos de exercício de poder autárquico, deixa um legado de vasta obra feita. Projetou o Concelho a nível regional e nacional. Por um curto período de tempo foi deputado à Assembleia da República. ——

———Foi um cidadão que dedicou grande parte da sua causa pública, o que muito o engrandeceu. ——

———Os nossos sentidos pêsames a todos os familiares enlutados. ——

———Esta Assembleia delibera, ainda, respeitar um minuto de silêncio em sua memória.” ——

———O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se algum dos membros da Assembleia Municipal queria usar da palavra sobre o conteúdo do documento.———

———Não havendo nenhuma inscrição, o Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação o Voto de Pesar que foi aprovado por unanimidade, tendo-se sido guardado um minuto de silêncio em memória do senhor Atilio dos Santos Nunes.———

———**PEDIDO DE SUSPENSÃO DOS TRABALHOS.**———

———O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro Casimiro Alves Martins Loureiro que, entretanto, tinha solicitado a palavra. ———

———*Casimiro Alves Martins Loureiro* – Ao cumprimentar a Assembleia Municipal e desejar Boas Festas, referiu que em nome do Partido Social Democrata, Partido Popular e Bloco de Esquerda, atendendo às circunstâncias que se estavam a viver e o luto municipal, propunha a suspensão dos trabalhos e o retomar dos mesmos em data que o Presidente ou Assembleia Municipal considerassem pertinente. ———

———O Presidente da Assembleia Municipal retomou a palavra para afirmar que se estava em presença de uma proposta de suspensão de trabalhos e reagendamento dos mesmos em data oportuna, deixando à consideração dos presentes a possibilidade de se pronunciarem antes da votação. ———

———Não tendo sido verificada qualquer inscrição, o Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação a proposta apresentada, tendo-se verificado o seguinte resultado: contra – 10 (dez) votos dos membros Jorge Gomes, Isabel Teixeira, Paulo Catalino, Carlos Batista, Filipa Lopes, António Pinto, Adelino Carneiro, Francisco Silva, Carina Pessoa e Sérgio Rodrigues; abstenção – 1 (um) voto do membro Ana Isabel; e os restantes sete votos a favor. Os membros Nuno Seabra e António Borges não se encontravam de momento presentes. ———

———O Presidente da Assembleia Municipal concluiu, afirmando que a proposta foi



rejeitada, pelo que se iria dar continuidade aos trabalhos. _____

_____ **INFORMAÇÕES DIVERSAS.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu a sua intervenção, dando notas gerais sobre a sua participação em iniciativas diversas que tinham acontecido no período que mediou esta sessão ordinária e a última, tendo destacado a sua presença no Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que se realizou em Portimão, cuja documentação do que foi tratado se encontrava à disposição dos presentes; na inauguração da Loja de Cidadão de Carregal do Sal; em diversas Ceias de Natal e outras festividades promovidas pelas associações e entidades concelhias. Evidenciou, por último, o convite formulado pela Fundação Aristides de Sousa Mendes, dirigido aos membros da Assembleia Municipal para estarem presentes, no dia vinte e três do corrente mês e ano, no lançamento do livro Aristides de Sousa Mendes – Memória de um neto, a levar a efeito na Casa do Passal, em Cabanas de Viriato. Informou que também tinha recebido um ofício de comerciantes da Rua do Salinas, sugerindo que o Mercado de Rua associado às comemorações do Vinte e Cinco de Abril do próximo ano, decorresse naquela rua, para além de que o estacionamento deveria ser limitado a uma hora. O Presidente da Assembleia informou que iria encaminhar este assunto para a Câmara Municipal. _____ ~

_____ De seguida, referiu-se à ordem do dia da sessão, solicitando aos membros da Assembleia Municipal a necessária contenção no uso da palavra aquando das intervenções, de forma a conseguir a celeridade e o bom andamento da sessão. _____

_____ **USO DA PALAVRA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal disse estar aberto este período, acei-

tando inscrições. Inscreveram para usar da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal a seguir identificados: _____

_____ *Manuel António Tavares Santos* – Usou da palavra para, após apresentar cumprimentos, afirmar que tinha sido eleito pelo Concelho e representava todas as freguesias e não uma em particular, a da sua naturalidade e residência. Assim iria colocar uma questão em relação à sua Freguesia, mas no futuro poderia vir a apresentar em relação a outras, desde que no seu entender, tal propósito se verificasse necessário. Entrando na questão propriamente dita, referiu que os incêndios florestais de outubro tinha destruído grande parte do Concelho, com mortes, pessoas que tinham ficado sem nada, sem casa, sem culturas, sem matos. Sabia que a Câmara Municipal tinha feito o que algumas Câmaras Municipais não fizeram, aderindo a uma base de dados do Ministério da Agricultura, fazendo um levantamento exaustivo dos prejuízos e apoiando os carregalenses. Dados que julgava poderem ser consultados. E, ao manifestar um louvor à Federação de Suinicultores, pelo gesto de solidariedade para o Concelho de Carregal do Sal, sobre a distribuição de vinte e três leitões, alegadamente para as pessoas que sofreram prejuízos como forma de os minimizar, a questão é que não eram conhecidos os critérios que tinham presidido a tal distribuição, que provavelmente não terão sido os mais corretos, na medida em que um foi para a Freguesia de Carregal do Sal, três para a Freguesia de Cabanas de Viriato e dezanove para a Freguesia de Oliveira do Conde, sendo que Oliveira do Conde foi a Freguesia que menos área ardida teve. Quais foram os critérios que presidiram a tal distribuição é o que a Assembleia Municipal e os cidadãos deste Concelho querem ver esclarecidos. _____

_____ *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos* – Usou da palavra para após cumprimentos, referir que naquele dia tinha sido distribuída uma nova publicação do jornal Uvas e Romãs e que logo em manchete trazia a notícia da atribuição de subsídios. Disse



CARREGAL DO SAL

Livro 12

Fl. 198

ter ficado com dúvidas sobre os critérios que fundamentam os subsídios, nomeadamente na inserção de alta (A), média(B) e baixa relevância(C), questionando como é que foi feita essa relevância. Pediu de seguida que lhe fosse explicada e justificada a diferença do subsídio atribuído aos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal e aos de Cabanas de Viriato, face à mesma missão, de alta relevância e interesse municipal que ambas as Corporações exercem. De igual modo, pediu que fosse justificado o subsídio atribuído ao Clube de Futebol de Carregal do Sal, no montante de €69 425,00 (sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte e cinco euros), que é maior que o somatório atribuído às restantes associações desportivas e as dos critérios B) e C). Mudando de assunto, afirmou que na última sessão da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara tinha dito que os valores dos danos dos incêndios florestais ainda não eram definitivos, pelo que pretendia saber se já existiam dados definitivos referentes a esses danos e qual o ponto de situação no que diz respeito às candidaturas e indemnizações dos agricultores. Concluiu, questionando sobre as medidas adotadas ou a adotar, no concernente ao corte das árvores junto às vias de comunicação, pois já tinham passado dois meses e quando começar a chover a existência dessas árvores queimadas pode representar um sério problema para quem circula nessas vias. _____

_____ *António Manuel Lopes Batista* – Usou da palavra para, após cumprimentos, abordar os seguintes assuntos: A necessidade de marcar ou remarcar as linhas de eixo e de bermas das estradas, pois tal inexistência coloca em perigo os respetivos utentes. Deu como exemplo, a estrada ex EN duzentos e trinta e quatro que liga Carregal do Sal à Lapa do Lobo, afirmando ser necessário garantir segurança para quem circula nessas vias. Referiu, de seguida que, na época de Verão, as crianças são afetadas nos seus resultados pela falta de climatização das salas de aula, perguntando se houve ou vai

haver climatização dessas salas de aula. Questionou ainda se tinha havido algum desenvolvimento e resposta, a favor da mãe, a quem foram retirados os filhos e que a municipal Dr.^a Célia Sérgio tinha suscitado na sessão da última Assembleia Municipal. Referindo-se à desertificação, afirmou ser deprimente olhar para as nossas aldeias, aliviando ser urgente a nossa intervenção, com a adoção de medidas compensadores de apoio aos idosos e crianças. A propósito realçou que as Nações Unidas, em agosto de dois mil e quinze, dos dezassete objetivos para o desenvolvimento sustentável, o terceiro é para uma vida saudável e promoção do bem-estar para todos, em todas as idades. A verdade é que hoje, os nossos idosos encontram-se em solidão e tristeza e é nossa obrigação ajudá-los a ser felizes. Um último problema apresentado tem a ver com a ocupação das crianças em período não escolar, nomeadamente as que não são da Sede do concelho, não existindo para as famílias os necessários apoios, pelo que é urgente apoiar e ou desenvolver atividades de apoio à família. _____

_____ *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Usou da palavra para, após cumprimentos e desejo de Boas festas, se referir ao encerramento do ano de dois mil e dezassete e em jeito de balanço, abordar o que considerou assuntos importantes e penderes que foi levantando ao longo do ano, perguntando se a cobertura do recreio da Escola Básica Nuno Álvares iria ficar concluída até ao fim do ano e se a empresa que a estava a fazer possuía termo de responsabilidade sobre o que estava a ser feito. Referindo-se à climatização, perguntou se existia estudo e se a mesma era viável na Escola Básica Nuno Álvares. Perguntou se foi tomada alguma iniciativa para readaptar as bancadas das casas de banho do pré-escolar, pois os meninos do pré-escolar não conseguem lavar as mãos sozinhas. Quanto aos transportes escolares e no pressuposto de ser inviável alterar o horário, qual a possibilidade de colocar os alunos do Sobral no mesmo autocarro



CARREGAL DO SAL

Livro 12

Fl. 199

que traz os meninos para a Escola Básica Nuno Álvares. Abordando, por último, os incêndios florestais de outubro, mencionou que a tragédia tinha alterado a forma de pensar e de viver em comunidade e todos nós acabámos por mudar. Havia, no entanto, ao nível do Concelho, algumas situações que deviam ser revistas e melhoradas, como é o caso da capacidade dos depósitos para abastecimento de água, devendo estes ser ampliados e porventura serem feitos novos depósitos. Deu o exemplo do Sobral, em que passados cinquenta minutos, estavam sem água da rede pública e os que lhes valeu foram os poços e furos particulares.

——— *Casimiro Alves Martins Loureiro* — Usou da palavra para se dirigir ao Presidente da Assembleia Municipal, solicitando que garantisse a imparcialidade, não aceitando inscrições posteriormente, ao que o Presidente da Assembleia Municipal respondeu que iria ter em conta o sugerido. Prosseguiu a sua intervenção, afirmando que tinha estado numa assembleia da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, tendo apresentado uma moção referente à possibilidade de ser criada uma entidade aglutinadora e centralizadora de todas as ajudas às vítimas dos incêndios florestais. Essa proposta foi aprovada por maioria, com um voto contra. Mudando de assunto, requereu os bons ofícios do Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de os votos de louvor serem comunicados aos interessados e entidades o que não tem acontecido, bem como as atas da Assembleia Municipal. Requereu ao Presidente da Assembleia Municipal um exemplar do Regulamento de Atribuição de Subsídios e uma listagem de todas as ajudas às vítimas dos incêndios florestais. Deu os parabéns à Câmara Municipal pela inauguração da Loja de Cidadão, por ser uma estrutura que muito beneficia os munícipes, pedindo, no entanto, que as situações em falta ou a funcionar deficientemente fossem regularizadas o quanto antes, nomeadamente a climatização, de modo a garantir as boas condições do exercício de funções, por parte dos trabalhadores que ali estão colocados. Terminou

a sua intervenção para se referir à reparação de luminárias da iluminação pública, afirmando que noventa e oito por cento das mesmas são reparadas no prazo de quarenta e oito horas, não acontecendo o mesmo com as restantes, e a EDP não apresentou justificação plausível, remetendo este assunto para a Câmara Municipal. _____

_____ *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para, após cumprimentos, expressar em seu nome e do Bloco de Esquerda um voto de pesar pelo falecimento do senhor Atilio dos Santos Nunes. Apresentou de seguida uma moção contra a violência doméstica, que é do seguinte teor: _____

_____ **“MOÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA** _____

_____ Considerando que: _____

-----1. Em 10 anos de recolha de dados sobre mortes de mulheres em contexto de conjugalidade ou de relações familiares privilegiadas, o Observatório das Mulheres Assassinadas (OMA), um projeto que a UMAR iniciou em 2004, contabilizou 399 mulheres mortas às mãos dos seus companheiros, ex-companheiros ou familiares. Uma média de 40 por ano. Para além dos femicídios, houve 458 tentativas de homicídio. Em 10 anos, no Distrito de Viseu, houve 27 tentativas de homicídio e foram mortas 20 mulheres (e estamos a falar apenas de casos noticiados enquanto femicídio). _____

-----2. Quer nos casos consumados, quer nas tentativas de homicídio, surge em evidência um historial de presenças de violência doméstica na relação de conjugalidade ou de intimidade entre a vítima e o/a agressor(a), considerando-se, portanto, a violência doméstica como um preditor do femicídio. Aliás, em um quinto dos casos corria já processo-crime contra violência doméstica e em 8% dos casos a situação era conhecida, mas a vítima nunca a quis denunciar. _____

-----3. Segundo dados de 2016 do Relatório Anual de Segurança Interna, a violência doméstica aumentou quase 2% em 2016 face ao ano anterior, com 27.291 ocorrências



registadas pelas forças de segurança, que envolvem mais de 32.000 vítimas. _____

-----4.Os números são verdadeiramente atrozes quando se refere a abuso sexual de crianças (quase 70% do sexo feminino e com idades compreendidas entre os 8 e os 13 anos) e a violação de mulheres maiores de idade. Aqui, mais uma vez, mais de 50% dos crimes são praticados por familiares. _____

-----5.A exploração económica e a privação de rendimentos das pessoas idosas por familiares, cônjuges ou outras que com elas coabitem constituem, também, crimes de violência doméstica. Uma das maiores e mais complexas especificidades da violência doméstica – que pode abarcar familiares em diferentes graus, de ambos os sexos – é precisamente ocorrer no contexto de relações íntimas, nas quais o/a agressor(a) para além de uma particular proximidade afetiva, dispõe de todo um leque de conhecimento e estratégias para controlar a(s) vítima(s). _____

-----As pessoas fingem desconhecer, tapam os olhos, evitam encarar e denunciar situações de violência que estão logo ali na casa ao lado, na rua por onde circulamos, dentro do elevador. _____

-----Mesmo que não nos afete, intervir, denunciar, apoiar e lutar pela erradicação da violência são deveres da cidadania e de uma sociedade decente. -----

-----6.Temos mais consciência dos direitos. Temos campanhas. Temos organizações. Temos leis. Temos planos. Não basta. Por isso, os membros da sociedade têm que intervir, denunciar e não fechar os olhos. A prevenção é fundamental, as campanhas, todos os meios que eduquem para o respeito, a não discriminação, a cidadania tem de ser constante e eficaz. A Justiça tem que ser rápida e tem que dar sinais claros de que protege as vítimas e pune os agressores. No entanto, estudos académicos de elementos da GNR analisaram decisões de magistrados do Ministério Público que têm orienta-

ções para aplicar a suspensão provisória dos processos em casos de violência doméstica. O sistema judicial e a sociedade não podem continuar a trivializar a violência doméstica. _____

_____8.A naturalidade com que crianças e jovens falam sobre os casos de violência doméstica de que têm conhecimento traduz-se, muitas vezes, na violência no namoro, que desde 2015 é equiparada a violência doméstica, para efeitos de crime público. _____

_____A Assembleia Municipal de Carregal do Sal, reunida a 22 de dezembro de 2017, decide:- _____

_____1. Apelar aos cidadãos e às cidadãs para que se mobilizem contra este crime.-

_____2. Criar um Grupo de Trabalho sobre violência doméstica e de Género com o objetivo de desenhar a “Campanha Tolerância Zero contra a violência doméstica” em conjunto com o executivo municipal e as Juntas e Assembleias de Freguesia para informar a população nas escolas, sede de juntas de freguesia e nos meios de comunicação do município, que a Violência Doméstica é crime público (desde o ano 2000), logo, todos têm o dever de denunciar, e quais as forças da ordem e as associações que, no nosso concelho, estão preparadas para atender as vítimas de forma sigilosa, protegê-las e atuar de forma dissuasora contra os agressores; _____

_____3. Apelar aos Órgãos Autárquicos para que contribuam de forma ativa para a eliminação de todas as formas de discriminação, promovendo a igualdade real independentemente do género e repudiando todo o tipo de violência exercida sobre as mulheres. - _____

_____4. Instar os Órgãos de Soberania da República Portuguesa a tomarem todas as medidas necessárias para que os direitos consagrados na Convenção de Istambul possam ser sentidos de forma efetiva na vida das mulheres vítimas de violência e de violência doméstica, com a maior brevidade possível. _____



———5. Exigir o cumprimento da lei e a punição efetiva dos agressores, tendo em consideração que na maioria dos homicídios existem antecedentes relativamente ao crime de violência doméstica, reclamando das entidades responsáveis a adoção de medidas mais eficazes de prevenção da segurança e proteção das vítimas.———

———6. Remeter a presente Moção, caso seja aprovada, ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Provedor da Justiça, à Senhora Procuradora-Geral da República, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República e à Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade.”———

———O Presidente da Assembleia Municipal, antes de dar a palavra ao orador seguinte, informou o membro desta Assembleia Municipal, Casimiro Loureiro que da consulta que tinha feito tinha verificado que as atas se encontravam publicadas, ———

———*Paulo Jorge Catalino Almeida Ferraz* – Usou da palavra para, após cumprimentos, justificar a sua intervenção e afirmar que sobre a mesma iria fazer três apontamentos. O primeiro, associado à intervenção que tinha tido na última sessão da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e dezoito, e que se tratou de um desígnio, que foi o de solicitar que o número das assembleias ordinárias pudesse não ser apenas as duas consagradas, mas fosse reforçada com outras discussões para dar mais voz aos órgãos locais e regionais, numa altura em que muito se fala da descentralização e dos problemas da interioridade, de modo a que as autarquias locais pudessem ter uma voz mais ativa. Referiu, a título de exemplo, que o Centro de Saúde de Carregal do Sal não tem aquecimento apesar de, atempadamente, ter sido feito o pedido de reparação do sistema, não tendo obtido resposta. Sabe que as câmaras municipais não têm competência para intervir e dar resposta a este tipo de problemas, mas existe o interesse pú-

blico que sai prejudicado. Constatase o quanto é importante dar poderes ao Poder Local, através da descentralização, quando as unidades regionais não conseguem dar respostas. O segundo apontamento tinha a ver com a felicitação da Câmara Municipal, pela abertura da Loja de Cidadão e da colocação de um placard informativo, que gostaria que fosse replicado em mais locais, nas traseiras do Edifício do Julgado de Paz e da Sede da Junta de Freguesia de Carregal do Sal, que vai permitir a divulgação de notícias úteis aos cidadãos. O terceiro, tem a ver com a atribuição de subsídios, feitos de acordo com o Regulamento em vigor, que é público, e que incide sobre o número de atletas entre outros fatores. Disse ser imperativo reconhecer que o Clube de Futebol de Carregal do Sal presta um excelente serviço a mais de cento e cinquenta jovens que diariamente por ali passam. Disse ser importante reconhecer que o Clube de Futebol de Carregal do Sal tem a sua dinâmica própria e necessita do subsídio que recebe da Câmara Municipal. Disse ser necessário entender quais são os setores prioritários da nossa sociedade, nomeadamente quando se está em presença de cento e cinquenta jovens. —————

————— *José Manuel Lopes Flório* – Usou da palavra para, após cumprimentos e desejar Boas Festas, se referir à necessidade de intervenção sobre as árvores que atravessam o eixo da via da estrada duzentos e trinta e quatro, sentido Carregal do Sal/Santa Comba Dão, afirmando ser a segunda vez que apresentava este assunto. De seguida, referiu-se a uma deliberação não cumprida sobre uma proposta apresentada nesta Assembleia Municipal por um membro do Partido Socialista, no ano de dois mil e dois. No seu entender tudo o que é aprovado deve ser cumprido, mas a verdade é que já tinham passados quinze anos e essa deliberação não foi cumprida. Referiu que se ninguém o fizer, ele próprio, numa próxima sessão irá reproduzir o que na altura foi proposto, sendo chegada a altura de o fazer. Durante vinte e quatro anos o concelho foi governado pelo



então Presidente da Câmara, Atílio dos Santos Nunes, que muito desenvolveu o Conselho, pelo que a não aceitação da suspensão dos trabalhos, que deveria ter sido aceite, não foi a melhor forma de respeitar o falecimento do autarca, referindo que se as votações foram feitas em consciência que iria compreender, mas que já não compreendia se porventura as votações tiveram a ver com questões político-partidárias. ———

——— *Paulo Jorge Catalino Almeida Ferraz* – Usou da palavra para esclarecer que naquele dia e durante a tarde tinha recebido um telefonema do líder da bancada do Partido Social Democrata, no sentido de aferir a sua opinião sobre a suspensão dos trabalhos. Disse ter feito um contacto com o Presidente da Assembleia Municipal, para se saber da possibilidade de suspender os trabalhos, na medida em que se estava em presença de documentos que terão de estar em vigor no primeiro dia de janeiro do ano de dois mil e dezoito. Na sequência da conversa foi constatado de que seria difícil arranjar agenda na próxima semana. Disse não ter feito qualquer outro contacto com os membros do Partido Socialista desta Assembleia Municipal sobre o assunto em causa, pelo que não houve nem há qualquer intenção política e partidária, mas apenas a consciência de cada um dos que votaram. Disse ter feito novo contacto com líder do Partido Social Democrata, dando conta da conversa havida com o Presidente da Mesa e da manifesta impossibilidade de suspender os trabalhos, por inexistência de agenda na próxima semana. Reiterou não ter feito qualquer contacto ou qualquer pressão partidária. ———

———O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerradas as intervenções e antes de dar a palavra à Câmara Municipal, recordou ter na sua posse uma proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, que colocou em votação quanto à sua admissão. Foi verificado o seguinte resultado: admitida por unanimidade. ———

———Por não haver inscrições para a sua apreciação, foi colocada em votação, tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção. O Presidente da Assembleia Municipal

pediu ao proponente que numa próxima sessão da Assembleia Municipal apresentasse proposta do grupo de trabalho que consta do documento. _____

_____ De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas, solicitando a brevidade possível, tendo em conta os tempos preceituados no Regimento. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para, após cumprimentos, informar que as respostas a dar, às questões colocadas, iriam ser divididas por ele próprio, pelo Vice-presidente da Câmara e pela Vereadora Cristina Borges. _____

_____ Ao membro Manuel António informou que sobre as situações de distribuição de leitões não houve critérios. Disse ter estado numa reunião da Federação onde esta informou a intenção de proceder à distribuição de quinhentos leitões pelos concelhos afetados pelos incêndios florestais. Disse ter prestado informação na Câmara Municipal e de ter transmitido esse propósito ao Médico Veterinário e às Juntas de Freguesia. O Executivo Camarário em nada mais interveio. No balcão de atendimento, os dois trabalhadores também transmitiam essa disponibilidade e poucas foram as pessoas que se inscreveram. Outras inscrições houve nas Juntas de Freguesia e no Médico Veterinário. Reafirmou que este assunto foi divulgado e se não houve mais inscrições foi porque as pessoas não quiseram. _____

_____ Ao membro Manuela Campos respondeu que o Vice-presidente da Câmara dará a resposta, informando para já que existe um Regulamento e é baseado nesse Regulamento que os subsídios são atribuídos. Relativamente aos prejuízos dos incêndios florestais, informou que sobre as casas de primeira habitação já existem mapas definitivos; quanto aos prejuízos agrícolas ainda não há dados definitivos, enfatizando que os serviços continuam disponíveis para apoiar todas as pessoas que venham a necessitar, _____



———Ao membro António Batista disse que a Câmara Municipal reconhecia a necessidade de se proceder às marcações das estradas, não só no troço referido, mas também noutros que necessitam de intervenção. Referiu já terem sido feitos contactos com empresas do setor para saber custos. Quanto à climatização das salas disse que a mesma está a ser tratada. A Câmara Municipal já tinha dois estudos que estavam a ser analisados. Quanto à situação da mãe, à qual tinham sido retirados os filhos, afirmou que seria a Vereadora Cristina Borges a responder. No concernente à desertificação, mencionou que ele sente como ninguém este problema que, infelizmente, está a acontecer em todos os concelhos limítrofes. O que poderá ser feito? No seu entender, um bom exemplo do que pode ser feito é o caso dos Aquinos e da empregabilidade desta unidade fabril. Disse que apesar de ter sido acusado de que a DS Smith tinha ido para Nelas, isso não correspondia à verdade e a Câmara Municipal tudo estava a fazer para ir ao encontro dos anseios da mesma, evidenciando as diligências feitas e os contactos havidos com os respetivos administradores. —————

———Ao membro Sandra Cortês disse já ter respondido à questão da climatização. Quanto à cobertura da Escola Básica Nuno Álvares informou que o adjudicatário tem termo de responsabilidade e que a obra está em andamento e em breve estará pronta. Durante cinco anos não pode mexer na obra da Escola Básica Nuno Álvares, por ser uma obra comparticipada, pelo que a readaptação das bancadas ainda não poderá ser feita. Relativamente aos Incêndios, afirmou que para incêndios desta envergadura não há depósitos que resistam. A prevenção passa por mudar as florestas, o que já tem colocado aos membros do Governo, nomeadamente ao Secretário de Estado das Florestas, pelo que as medidas têm de ser tomadas ou então daqui a sete ou oito anos vai acontecer uma situação tão grave ou mais do que a aconteceu nos dias quinze e dezasseis de outubro de dois mil e dezassete. —————

—Ao membro Casimiro respondeu que a parte social continua no terreno, com distribuição de mercearias, roupa e tudo o que as pessoas necessitam. Quanto à climatização da Loja de Cidadão há de facto um problema, têm cá estado técnicos e está a colocar-se a hipótese de se trocar as máquinas. No que diz respeito às luminárias, se se reparam umas e outras não, a responsabilidade não é da Câmara Municipal, não existe nada com a EDP para ligar ou desligar e o que se pede aos munícipes é que reportem as situações.

—Ao membro Paulo Catalino respondeu que o aquecimento do Centro de Saúde não é com a Câmara Municipal, pelo que é a Administração Regional de Saúde que tem de resolver. Quanto ao placard informativo, existem pessoas que percebem a utilidade do mesmo e outras não.

—Ao membro José Flório informou que já se estava a proceder ao levantamento e à identificação dos proprietários. Quanto à deliberação não cumprida do ano de dois mil e dois, afirmou não saber o que se passava, referindo que seria útil que o membro da Assembleia Municipal objetivasse o assunto, sendo que a Câmara Municipal estará disponível para analisar e avaliar da possibilidade de dar cumprimento à citada deliberação.

—*Ana Cristina Borges Silva Sousa Borges* – Usou da palavra para responder ao membro António Batista, informando que existe um projeto desde o ano de dois mil e catorze, especialmente vocacionado para os idosos, designado por Interagir para Reviver e que conta com a participação de técnicos da Câmara Municipal e das animadoras das instituições que, por sua vez, também promovem outras atividades. Outras atividades têm sido executadas, ao nível da sensibilização e da sinalização de idosos isolados, inexistindo pessoas nessa situação. Sobre a situação da mãe a quem foram retirados os filhos, reafirmou que esta situação estava a ser acompanhada, não sendo possível dar mais informações por serem confidenciais, tendo percebido que os meninos têm



vindo ao fim de semana. _____

——— *Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para, após cumprimentos, responder ao membro Manuela Campos, referindo que por vezes somos traídos pela memória, recordando que o Regulamento de atribuição de subsídios, data de vinte e seis de abril de dois mil e treze, anterior à tomada de posse deste Executivo. O artigo décimo segundo refere-se à relevância, critérios A, B, C e essa relevância é avaliada com base no plano de atividades entre outros aspetos. Tornar clara a atribuição de subsídios para todas as entidades foi o que este Executivo Camarário promoveu, recordando a reunião para a qual foram convidadas todas as associações do Concelho. A diferenciação dos subsídios para os Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal e de Cabanas de Viriato já existe desde dois mil e dezasseis e está justificada no regulamento e nos critérios de atribuição. Foi criada uma forma de atribuição, uma componente fixa, mas depois há uma componente variável que entronca quer na área territorial, na população e na existência de outras estruturas como é o caso da Escolinha de Bombeiros. Quanto ao Clube de Futebol de Carregal do Sal este também se enquadra no regulamento e está intrinsecamente ligado ao número de equipas e ao serviço relevante que presta ao Concelho, ao envolver diariamente os cento e cinquenta jovens que o membro Paulo Catalino referiu.

——— Ao membro António Batista respondeu que o apoio às famílias é uma preocupação constante do Executivo Camarário. A justificar esta afirmação referiu-se às bandeiras desta Câmara Municipal (Férias Desportivas e de Fim de Ano). No que diz respeito às AEC, são um processo em curso, e existem diligências para se recolher eventuais interessados para o mês de agosto, que serão implementadas desde que haja recursos para tal. _____

——— Ao membro Sandra Cortês elogiou a sua perseverança em torno dos transportes escolares, referindo que a ideia de colocar todos os alunos num autocarro é viável,

mas existem os constrangimentos dos horários da secundária e da básica não serem coincidentes e de não se poder menosprezar uma linha, para além de estar em curso o novo regime jurídico que há de trazer notícias sobre este assunto. _____

_____ *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos* – Usou de novo da palavra para referir que tinha memória, sabia que existia um regulamento, havia a citada relevância, só não sabia como é que é que a mesma era avaliada e ao que compreendia era através dos planos de atividades. Perguntou se o apoio é para a Associação ou se era para as populações. _____

_____ *Vice-presidente da Câmara* – Respondeu a esta intervenção, afirmando que o Regulamento especifica a forma como contabilizar a relevância, sendo pontos a considerar o Plano de Atividades e o papel da Associação. Quanto à questão colocada sobre se o subsídio é para a Associação ou para as populações, o Vice-presidente da Câmara disse que não iria responder. _____

_____ O Presidente deu por encerrado o período de antes da ordem do dia. _____

ORDEM DO DIA

2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA

_____ APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. _____

_____ O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações que entendesse adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à informação escrita acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do número dois do artigo vigésimo quinto, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. _____



——— *Vice-presidente da Câmara* – Com o recurso a um *power point* explicou a metodologia que iria seguir, mais sintética, sem prejuízo da Câmara Municipal responder a questões que possam surgir. —————

——— O Presidente da Assembleia declarou abertas inscrições. Inscreveram-se para usar da palavra: —————

——— *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para solicitar um esclarecimento à Câmara Municipal sobre a disponibilidade do Parque Infantil Aeroporto, porquanto, referiu que no ano transato, o Bloco de Esquerda tinha encaminhado algumas questões sobre o funcionamento dos Parques sob a alçada da Câmara Municipal e das acessibilidades a pessoas com deficiência e que tinha obtido a resposta de qua a responsabilidade da Câmara era apenas sobre o existente no Parque Alzira Cláudio. ———

——— *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos* – Usou da palavra para questionar se o subsídio atribuído ao Clube de Futebol de Carregal do Sal não chega para pintura exterior e balneários do campo de futebol, querendo saber quanto custaram estes trabalhos. Quanto aos pedidos formulados pelo Movimento Associativo e ajudas prestadas era importante incluir as mesmas na informação escrita. —————

——— O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas. —————

——— *Presidente da Câmara* – Usou da palavra para responder ao membro Manuela Campos, referindo que o campo de futebol, neste momento, é propriedade da Câmara Municipal, por um contrato de comodato assinado pelo anterior Presidente da Câmara, Atilio dos Santos Nunes, pelo que toda a manutenção é incumbência da Câmara Municipal. Foi inclusive a Câmara Municipal que pagou o relvado sintético. Quanto aos apoios diversos, exemplificou, entre outros, os transportes das associações, reafirmando que todos os apoios são contabilizados e que tal informação poderá ser disponibilizada. ———

— *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos* – Usou de novo da palavra para questionar se sendo o Estádio e o Pavilhão Gimnodesportivo propriedades da Câmara Municipal e sabendo esta o estado em que o Pavilhão se encontra, porque razão este foi preferido relativamente ao Estádio de futebol. —

— *Presidente da Câmara Municipal* – Respondeu à questão posta, informando que as obras do Estádio foram de pequena monta, enquanto que as obras do Pavilhão Gimnodesportivo, tal como as da Biblioteca Municipal são de montantes elevados e que aguardam a revisão do atual Quadro Comunitário de Apoio para poderem ser candidatas. —

— Ao membro Diego Garcia afirmou desconhecer porque razão lhe disseram que o Parque Infantil Aeroporto não estava sob a alçada da Câmara Municipal. —

— *Paulo Jorge Catalino Almeida Ferraz* – Usou da palavra para referir que o Clube de Futebol de Carregal do Sal tem um orçamento anual de cem mil euros, gostaria de depender menos da Câmara Municipal e tudo tem sido feito para que isso aconteça. São receitas do Clube as receitas de bilheteira, a exploração do bar e a dos protocolos de colaboração. Disse que as obras feitas ao nível dos balneários eram necessárias e fundamentais para a prática desportiva a bem das crianças e foram sinalizadas mal tomou posse da Direção do Clube. —

— O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da ordem do dia. —

— **3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** —

— **3.1. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO** —

— GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) E DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2018. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —



———O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações que entendesse adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à proposta das Grandes Opções do Plano (GOP) e à proposta do Orçamento para o ano de dois mil e dezoito.———

——— *Vice-presidente da Câmara* – Ao aludir à reunião havida, de apresentação e preparação, com os líderes parlamentares e vereadores, com o recurso ao *power point* deu as explicações tidas por adequadas a boa compreensão aos documentos em análise, no concernente a candidaturas, às ações no âmbito da educação, ação social, apoio às famílias, ao movimento associativo e a obras a realizar por empreitada e administração direta com o recurso a fundos próprios. Enfatizou que o Orçamento estava condicionado pelas candidaturas ao POSEUR dos Subsistemas de Currelos e de Cabriz do sistema de tratamento de águas residuais do Concelho, não se prevendo o recurso a empréstimos.

———O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o debate deste ponto da ordem do dia aceitando inscrições.———

——— *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para afirmar que apesar de ser um documento extenso e muito técnico, o que estava em discussão era apenas o documento de índole político. No entender da bancada do Partido Social Democrata era um documento que pecava por muitos fatores, exemplificando o caso da readaptação do Mercado Municipal em que ficaria mais barato a demolição do edifício e a construção de um novo para incubadora de empresas. Prosseguiu, afirmando que o seu grupo municipal julgava que em trinta de setembro todos os sistemas de tratamento de águas residuais estavam aprovados e adjudicados, mas afinal não era assim. Disse que as opções tomadas são as do Partido Socialista, constatando pouco investimento na cultura, o mesmo acontecendo na reflorestação após a tragédia dos dias quinze e dezasseis de outubro e na criação de faixas de contenção a que a Câmara Municipal está

obrigada. Referiu existirem lugares no Concelho onde a solidariedade é completamente esquecida, não se visionando uma perspetiva de médio e longo prazos para a estagnação das aldeias do Concelho. Desta forma, a bancada do Partido Social Democrata não vê razões para sorrir. Afirmou não ser compreensível que os contratos de avença representem um quarto da despesa, questionando sobre a necessidade da continuidade desses contratos. Afirmou terem sido convidados para uma reunião, na qual foi apresentado um documento aberto, mas a verdade é quaisquer propostas de alteração que pudessem vir a apresentar tinham como condicionalismo a falta de tempo. Além de que, no seu entender não compete à oposição definir estratégias e opções de governação. Concretizou, referindo que as propostas do Bloco de Esquerda, que amavelmente o membro Diego Garcia lhe tinha enviado, não tinham sido acolhidas. Concluiu, afirmando que os equilíbrios são fáceis de se conseguir, as opções é que podem divergir. Concordando com a modernização dos sistemas e a Casa do Passal, as opções que foram apresentadas, algumas em torno de festividades, não fazem parte da forma como o Partido Social Democrata se apresentou ao eleitorado, não merecendo a sua a anuência.———

———*Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para se reportar à reunião para a qual o Bloco de Esquerda tinha sido convidado, para análise de um documento que no seu entender era já um documento fechado e afirmar que, após essa análise dos documentos, enviou propostas, a incidir sobre quatro campos: cultura (criação de uma agenda cultural); centro cultural (criação de um pequeno cinema); perguntou qual o destino da verba de quinze mil euros para a Biblioteca Municipal; contratação de um coordenador cultural para supervisionar todos os espaços culturais do Concelho; eficiência energética de equipamentos da Câmara Municipal; bem-estar animal com pequenas obras no canil municipal; segurança rodoviária (colocação de uma lombas na paragem da Póvoa das Forcadas). Concluiu para dizer que tinha enviado as propostas para os



restantes grupos municipais e gostaria que a Câmara Municipal fizesse um esclarecimento.—

———*Paulo Jorge Catalino Almeida Ferraz* – Usou da palavra para afirmar que em relação às grandes Opções do Plano, as linhas estratégicas para o ano de dois mil e dezoito, versam o que foi dito na campanha eleitoral e que mereceu o voto dos eleitores. São opções claras que este Executivo Camarário assumiu para o próximo ano de dois mil e dezoito. Se são prioritárias as ETAR tem de haver um orçamento que preveja esse propósito. Disse conseguir entender que haja propostas distintas, o que não consegue entender é como um partido que se apresentou como alternativa, não é capaz de apresentar uma única propostas para o ano de dois mil e dezoito. Quando não se concorda com um orçamento e com as opções tomadas é obrigação de quem não concorda apresentar propostas alternativas, tal como o fez o Bloco de Esquerda. No seu entender o voto contra do Partido Social Democrata não tem qualquer sentido, pois deveria abster-se e dar um voto de confiança a quem com verdade ganhou as eleições. É fácil criticar, difícil é contruir. E a propósito da defesa da Interioridade, todos têm de entender que só com organização e união se poderá chegar a bom porto. Propôs, inclusive, que na próxima sessão da Assembleia Municipal possa ser agendado um ponto para discutir a Interioridade. Estando previsto que o Partido Socialista vá discutir em junho a descentralização, seria interessante e oportuno haver uma discussão local em torno da Interioridade, assumindo todos e cada um o que queremos para o Interior. Concluiu a sua intervenção, afirmando que fazer política é apresentar e defender posições alternativas. O Partido Social Democrata tem gente capaz para ajudar assim o queira fazer. ———

———*António Manuel Lopes Batista* – Usou da palavra para, em relação à intervenção do membro Paulo Catalino, afirmar que quem é governo é que tem de apresentar propostas. A Oposição está para concordar, discordar ou abster-se. No caso do Bloco de

Esquerda as propostas apresentadas não foram acolhidas. Prosseguindo, disse que havia uma questão que o preocupava. Era meritório o trabalho desenvolvido pelos dirigentes do Clube de Futebol de Carregal do Sal, mas a verdade é que ainda há pouco tempo existiam campos em praticamente todas as povoações do Concelho. Hoje existe concentração na vila sede. A modernização das instalações que está prevista fazer-se vai fazer com que as energias se esvaziem ainda mais. Seria importante distribuir pelas diferentes localidades, as diversas modalidades e escalões, revitalizando os campos existentes. Disse ser importante pensar o que se pretende para o desporto no Concelho, em inúmeras modalidades que podem ser desenvolvidas, porventura com a instituição de uma Federação do Desporto para a distribuição das modalidades. _____

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para se dirigir ao membro Paulo Catalino e referir-se uma série de coisas que não naturalmente não tinha presenciado. O Partido Socialista, quando Oposição não ia às reuniões que a Câmara Municipal convocava, quando ia não apresentava alternativas. O Partido Social Democrata indicou aquilo com que discordava. A reunião de preparação marcada para quarta feira, não permitia fazer o que quer que fosse, pois de premeio ficava um único dia útil. Acrescentou que quando o Partido Socialista era Oposição naquela câmara, quando da votação, limitava-se a levantar o braço e a votar contra sem dizer porquê. O Partido Social Democrata tem a frontalidade de fazer Oposição construtiva e assim fará até ao fim do mandato. Disse terem apontado aquilo com o que não concordavam, pertencendo a quem tem o poder apresentar os documentos. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para esclarecer que a intervenção do membro Casimiro Loureiro lhe dizia diretamente respeito, por ter sido, à data, membro da Assembleia e líder do grupo municipal, questionar se, nesse tempo, a maioria fazia uma apresentação do documento; e se, enquanto membro da Assembleia



CARREGAL DO SAL

Livro 12

Fl. 208

Municipal não fazia sempre uma intervenção sobre o documento. _____

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para questionar o Presidente da Assembleia Municipal sobre quantas reuniões tinha ido quando convocado e quantas sugestões tinha apresentado para o orçamento, tendo obtido a resposta de ter ido a algumas reuniões e de ter apresentado algumas sugestões. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Batista* – Usou da palavra para afirmar que no mandato anterior, o Partido Social Democrata tinha comparecido uma ou duas vezes a este tipo de reuniões de preparação do Orçamento. _____

_____ *Paulo Jorge Catalino Almeida Ferraz* – Usou da palavra para afirmar que o Partido Socialista tinha todo o orgulho com o que foi feito no passado e, presentemente estavam organizados e prontos a cumprir a missão que lhes tinha sido confiada. Aludiu a que tendo havido uma campanha eleitoral há tão pouco tempo, não compreendia como é que o Partido Social Democrata não está preparado para uma reunião de preparação do Orçamento e não conseguia apresentar uma proposta, bastando olhar para a votação dos Vereadores na reunião de Câmara que votaram contra, sem apresentar qualquer alternativa. Concluiu a sua intervenção, referindo, de forma carinhosa, que estava em condições de receitar ao membro Casimiro Loureiro um medicamento para avivar memória. _____

_____ *José Manuel Lopes Flórido* – Usou da palavra para afirmar que tinha ouvido por mais do que uma vez naquela sessão de que era preciso haver a união e que somos do Interior. Não entendia assim, pois se somos Interior e que não dizer os alentejanos e os trasmontanos. _____

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para afirmar que respeitando a capacidade científica propalada pelo membro Paulo Catalino, não se sentia ainda na fase do início da senilidade. _____

———O Presidente da Assembleia Municipal, antes de dar a palavra à Câmara Municipal, pediu desculpas por se ter envolvido na discussão.———

———*Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para dar respostas às questões solicitadas, salientando: no Mercado Municipal a Câmara Municipal só pagará quinze por cento; na Casa do Passal a Câmara Municipal pagará quinze por cento do valor; as faixas de retenção não são da responsabilidade das Câmaras Municipais, mas sim dos proprietários. Disse que quando veio para a Câmara Municipal tinha existido apenas uma Feira do Móvel e era preciso ideias para dar a conhecer Carregal do Sal ao Mundo, pelo que a Feira da Pinha e do Pinhão, Saberes e Sabores de Terras de Carregal do Sal vai ao encontro desse propósito. Disse que recebe chamadas de todo o Mundo a agradecer, pelo que continuará a disponibilizar uma verba para a realização da Feira da Pinha e do Pinhão. Não vamos à BTL por não termos um pavilhão para o nosso stand, o pavilhão sobre Aristides de Sousa Mendes que o Município levou à BTL, foi tão bom ou tão mau que ganhou o primeiro prémio. Quantos aos contratos de avença, infelizmente temos de os ter, mas quando chegou à Câmara Municipal tinha pessoal no âmbito de parcerias com diversas instituições. O aproveitamento está a ser feito. Somos das poucas Câmaras Municipais que tem um canil. Não é aquilo que queremos. A solução passa pela construção de um que englobe as Câmaras Municipais de Santa Comba Dão, Carregal do Sal e Tondela.———

———Ao membro António Batista, referiu que não está contra a revitalização dos campos de futebol que existem nas aldeias. Mas precisamos de um estádio no Concelho com condições. Temos a promessa que vai haver uma comparticipação do Estado para a sua revitalização. Já se apresentou candidatura. Depois de um bom campo, se houver mais condições poderemos ter outro.———

———*José Sousa Batista* – Usou da palavra para informar que as propostas do Bloco



de Esquerda estão a ser analisadas e parte delas serão englobadas, especificando os termos em que o irá fazer. _____

_____Esgotado o período de intervenções, o Presidente da Assembleia colocou em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: _____

_____Contra - 6 (seis) votos; _____

_____A favor - 14 (catorze) votos; _____

_____Abstenções - 0 (zero) votos. _____

_____A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria com seis votos contra dos membros Manuela Campos, Casimiro Loureiro, Manuel Santos, António Batista, Sandra Cortês e Diego Garcia e catorze votos a favor dos restantes membros, a proposta da Câmara Municipal referente às Grandes Opções do Plano (GOP) e à proposta do Orçamento para o ano de dois mil e dezoito, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____O Partido Social Democrata e o Bloco de Esquerda apresentaram declarações de voto que vão ser inseridos na respetiva ata. _____

_____O Grupo Municipal do Partido Social Democrata, apresentou a seguinte declaração de voto contra: _____

_____Primeiro - Porque não existe equidade na distribuição das verbas pelas associações do nosso Concelho, parecendo haver uma certa partidarização. Segundo - Há zonas do Concelho completamente esquecidas neste Plano. Terceiro - Porque não se visiona a atenção devida à floresta e à agricultura e o drama resultante dos recentes incêndios é enorme. Quarto - Porque a cultura, tirando o investimento no Museu, continua globalmente esquecida. Quinto - Porque não se vislumbram medidas efetivas para o desenvolvimento da riqueza endógena. A Festa da Pinha e do Pinhão sem medidas a

montante não nos parece que contribua de modo significativo para promover os produtos endógenos do nosso Concelho e a cultura de pinheiros mansos. Sexto – Porque a atração do emprego continua a ser uma miragem. Sétimo – Porque a área social para lá de certa visibilidade festeira continua com muitos problemas que parecem passar despercebidos ao olhar da Câmara Municipal. Oitavo - Porque não se visiona uma ideia de médio e longo prazo que contribua para estagnar a crescente desertificação do Concelho. —————

—————O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda apresentou a seguinte declaração de voto: —————

—————“O Bloco de Esquerda vota contra o Orçamento 2018 realizado só e exclusivamente pelo executivo camarário do PS. No dia 2 de outubro avisamos que as maiorias absolutas poderiam ser perigosas e não demorou muito tempo para ficar provado isso.

—————Sabemos que o poder da Assembleia Municipal e dos seus membros é meramente deliberativo, consultivo e fiscalizador. Mas sabemos também que a maturidade democrática de um órgão também se pode medir pela sua capacidade de saber ouvir. -

—————Que Orçamento é este? É um Orçamento que falha na cultura, que falha nas políticas para a juventude (e quando falamos de juventude, falamos de toda a juventude do Concelho) e falha também, entre outras coisas, nas políticas para o bem-estar animal, que duvidamos que o executivo saiba o que isso é. —————

—————Não caímos no erro de pensar que as duas grandes obras nas ETARs de Currelos e de Cabriz são a bandeira deste Orçamento porque não estamos a cumprir mais do que a nossa obrigação, obrigação que não cumprimos aos anos. —————

—————O Bloco de Esquerda, apresentou no dia 5 de dezembro várias propostas de alteração ao Orçamento, orçamento este que já nos foi apresentado no mesmo dia completamente fechado a propostas, tal como disseram alguns presentes na reunião ao



mandar-nos esperar pela revisão de Abril. _____

_____Reconhecemos também que o Orçamento de 2018 é bastante bom e recheado em matéria de Educação, mas não conseguimos compactuar com a prática de construir Orçamento Municipal completamente fechados e sem seguir a boa prática democrática." _____

_____Face ao adiantado da hora e nos termos do Regimento em vigor, o Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação a possibilidade de prorrogação da duração da sessão. Foi verificado o seguinte resultado: contra a prorrogação da duração da sessão – 5 (cinco) votos e os restantes quinze votos a favor pela continuidade. Face à votação, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o ponto seguinte da ordem do dia. _____

_____3.2. MAPA DE PESSOAL_____

_____MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações que entendesse adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à proposta do Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e dezoito. _____

_____ *Vice-presidente da Câmara* – Com o recurso a um *power point* explicou pormenorizadamente o ponto em análise, comparando com o mapa do ano anterior. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal declarou aceitar inscrições. Como ninguém mostrou interesse em intervir, este ponto foi colocado em votação, tendo sido apurado o seguinte resultado: _____

_____Contra – 0 (zero) votos; _____

_____Abstenções – 6 (seis) votos; _____

_____A favor – 14 (catorze) votos. _____

_____Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar

por maioria com seis abstenções dos membros Manuela Campos, Casimiro Loureiro, Manuel Santos, António Batista, Sandra Cortês e Diego Garcia e catorze votos a favor dos restantes membros, a proposta da Câmara Municipal Mapa de Pessoal para o Ano de dois mil e dezoito, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. —————

—————3.3. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS—————

—————FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), NOS TERMOS DO CIMI. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.—————

—————O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações que entendesse adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à proposta para fixação das taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI), nos termos do CIMI.—————

—————*Vice-presidente da Câmara* – Com o recurso a um *power point* explicou a proposta em análise, referindo que a proposta mantém os pressupostos do ano anterior. –

—————O Presidente da Assembleia Municipal declarou aceitar inscrições.—————

—————*Casimiro Alves Martins Loureiro* – Pediu um esclarecimento sobre a minoração da taxa a plicar em todo o Concelho, afirmando que deveria ser mais elevada em certas zonas do Concelho. —————

————— Como mais ninguém mostrou interesse em intervir, este ponto foi colocado em votação, tendo sido apurado os seguintes resultados: —————

—————Taxa da alínea c) do número um do artigo centésimo décimo segundo do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, em zero vírgula três por cento (no intervalo de zero vírgula três a zero vírgula quarenta e cinco por cento) – unanimidade; —————

—————Minoração em dez por cento a percentagem estabelecida, na área territorial do município, como medida de combate à desertificação, nos termos do número seis do



artigo atrás citado – maioria, com cinco abstenções dos membros Manuela Campos, Casimiro Loureiro, Manuel Santos, António Batista e Sandra Cortês e quinze votos a favor dos restantes membros; _____

_____ Redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo com dependentes a cargo, nos termos do artigo centésimo décimo segundo traço A do CIMI nos seguintes termos: um dependente – vinte euros; dois dependentes – quarenta euros; três ou mais dependentes – setenta euros – unanimidade. _____

_____ Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar nos termos a seguir descritos e dos documentos apresentados que vão ser arquivados em pasta própria: _____

_____ a) Taxa da alínea c) do número um do artigo centésimo décimo segundo do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, em zero vírgula três por cento (no intervalo de zero vírgula três a zero vírgula quarenta e cinco por cento) – aprovada por unanimidade; – _____

_____ b) Minoração em dez por cento a percentagem estabelecida, na área territorial do município, como medida de combate à desertificação, nos termos do número seis do artigo atrás citado – aprovada por maioria, com cinco abstenções dos membros Manuela Campos, Casimiro Loureiro, Manuel Santos, António Batista e Sandra Cortês e quinze votos a favor dos restantes membros; _____

_____ c) Redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo com dependentes a cargo, nos termos do artigo centésimo décimo segundo traço A do CIMI nos seguintes termos: um dependente – vinte euros; dois dependentes – quarenta euros; três ou mais dependentes – setenta euros – aprovada por unanimidade. _____

3.4. ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL

ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) DURANTE 3 ANOS PARA TODOS OS EDIFÍCIOS PARA HABITAÇÃO, TOTAL OU PARCIALMENTE DANIFICADOS PELOS INCÊNDIOS FLORESTAIS, OCORRIDOS NO CONCELHO DE CARREGAL DO SAL EM 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2017. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

O Presidente da Assembleia referiu que a proposta era suficientemente clara, pelo que dispensou a intervenção da Câmara Municipal.

Casimiro Alves Martins Loureiro – Usou da palavra para dizer que concordava com a proposta, mas deveria ser mais balizada.

Sandra Cristina Oliveira Cortês – Pediu uma explicação acerca do assunto, tendo sido esclarecida. Referiu que o documento era omissivo relativamente ao início do prazo de isenção.

Vice-presidente da Câmara – Num e noutro caso, o vice-presidente da Câmara remeteu para o conteúdo da proposta e deliberação tomada pela Câmara Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo sido apurado o seguinte resultado: unanimidade.

Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta para isenção do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) durante três anos, a incidir em todos os edifícios para habitação, total ou parcialmente danificados pelos incêndios florestais, ocorridos no Concelho de Carregal do Sal em quinze e dezasseis de outubro de dois mil e dezassete, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria.

3.5. RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES AFETADAS PELOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

REGIME EXCEPCIONAL DE CONTROLO PRÉVIO RELATIVO À RECONSTRUÇÃO



DE EDIFÍCIOS DESTRUÍDOS OU GRAVEMENTE DANIFICADOS EM RESULTADO DE CATÁSTROFE (INCÊNDIOS FLORESTAIS) – D.L. 130/2017, DE 9 DE OUTUBRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à proposta no âmbito do Regime Excepcional de Controlo Prévio relativo à reconstrução de edifícios destruídos ou gravemente danificados em resultado de catástrofe (incêndios florestais) – Decreto-lei número cento e trinta barra dois mil e dezassete, de nove de outubro. _____

_____ *Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para explicar que este ponto constituía um aditamento ao que foi aprovado na última sessão da Assembleia Municipal. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas as inscrições. _____

_____ *Paulo Jorge Catalino Almeida Ferraz* – Usou da palavra para questionar se toda a reflorestação já tem um plano pré-estabelecido, com a inclusão da recolha de madeiras e se a Câmara Municipal tem forma para travar a plantação de eucaliptos. _____

_____ *Presidente da Câmara* – Usou da palavra para dar as explicações, remetendo para reuniões havidas com o Secretário de Estado das Florestas, sendo certo que inicialmente a Câmara Municipal também tinha proposto realizar um parque de madeiras. Todavia, por razões logísticas, tal não vai ser possível e as madeiras irão para um parque de madeiras, a localizar em Mangualde. Sobre a plantação, a Câmara Municipal não tem competência para travar a plantação de eucaliptos, pois a legislação permite que onde havia eucaliptos possa haver de novo eucaliptos e onde havia eucaliptos e outras espécies poder também ser plantados eucaliptos. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo

sido apurado o seguinte resultado: unanimidade. _____

_____ Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta no âmbito do Regime Excecional de Controlo Prévio relativo à reconstrução de edifícios destruídos ou gravemente danificados em resultado de catástrofe (incêndios florestais) – Decreto-lei número cento e trinta barra dois mil e dezasseite, de nove de outubro, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. - _____

_____ **3.6. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS** _____

_____ PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS. DEFINIÇÃO DA PERCENTAGEM A QUE ALUDE O ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à proposta de Participação Variável no IRS/Definição da Percentagem pretendida pelo Município a que alude o artigo vigésimo sexto da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro. _____

_____ *Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em análise, salientando que a proposta primava pela manutenção do que tinha sido aprovado no ano anterior. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas inscrições. Como ninguém mostrou interesse em intervir, este ponto foi colocado em votação tendo sido apurado o seguinte resultado: unanimidade. _____

_____ Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta referente à Participação Variável no IRS pretendida pelo Mu-



nicípio, com a definição da percentagem de cinco por cento, a que alude o artigo vigésimo sexto da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro. nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ **3.7. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM** _____

_____ FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), NOS TERMOS DA LEI N.º 5/2004. DE 10 DE FEVEREIRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à proposta de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), nos termos da Lei número cinco barra dois mil e quatro, de dez de fevereiro. _____

_____ *Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em análise, salientando que a proposta primava pela manutenção do que tinha sido aprovado no ano anterior. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas inscrições. Como ninguém mostrou interesse em intervir, este ponto foi colocado em votação tendo sido apurado o seguinte resultado: unanimidade. _____

_____ Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta referente à Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em zero vírgula vinte e cinco por cento, nos termos da Lei número cinco barra dois mil e quatro, de dez de fevereiro, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ **3.8. ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO** _____

_____ EMPREITADAS E AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS – ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

———O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à Proposta e Pedido de Autorização referentes aos Encargos Orçamentais em mais de um ano económico em empreitadas e aquisição de bens e serviços, nos termos das respectivas disposições legais. —————

———*Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em análise, salientando que a proposta primava pela manutenção do que tinha sido aprovado no ano anterior. —————

———O Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas inscrições. Como ninguém mostrou interesse em intervir, este ponto foi colocado em votação tendo sido apurado o seguinte resultado: unanimidade. —————

———Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta e Pedido de Autorização referentes aos Encargos Orçamentais em mais de um ano económico em empreitadas e aquisição de bens e serviços, nos termos das respectivas disposições legais, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. —————

———**3.9. ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIAS DE TRIBUTOS PRÓPRIOS**———

———ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIA DE TRIBUTOS PRÓPRIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.———

———O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à proposta de Isenções/Reduções em Matérias de Tributos Próprios. —————

———*Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do assunto em análise, referindo tratar-se de uma proposta recorrente. —————



———O Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas inscrições. Como ninguém mostrou interesse em intervir, este ponto foi colocado em votação tendo sido apurado o seguinte resultado: _____

———Contra – 0 (zero) votos; _____

———Abstenções – 5 (cinco) votos; _____

———A favor – 15 (quinze) votos. _____

———Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria com cinco abstenções dos membros Manuela Campos, Casimiro Loureiro, Manuel Santos, António Batista e Sandra Cortês, a proposta e Pedido de Autorização referente a Isenções/Reduções em Matérias de Tributos Próprios, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

———**3.10. CICLOVIA/ECOVIA DE CARREGAL DO SAL** _____

———DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL EMITIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

———O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à proposta para emissão de Declaração de Interesse Municipal a emitir pela Assembleia Municipal no âmbito do projeto de realização da Ciclovia/Ecovia de Carregal do Sal. _____

———*Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do assunto em análise. _____

———O Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas inscrições. Como ninguém mostrou interesse em intervir, este ponto foi colocado em votação tendo sido apurado o seguinte resultado: _____

———Contra – 0 (zero) votos; _____

———Abstenções – 5 (cinco) votos; _____

—————A favor – 15 (quinze) votos. —————

—————Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com cinco abstenções dos membros Manuela Campos, Casimiro Loureiro, Manuel Santos, António Batista e Sandra Cortês e os restantes quinze votos a favor dos restantes membros, à proposta e Pedido de Autorização referente à emissão de Declaração de Interesse Municipal, no âmbito do projeto de realização da Ciclovía/Ecovía de Carregal do Sal, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria.

—————**3.11. FERIADO MUNICIPAL**—————

—————ADEQUAÇÃO DO TEXTO DELIBERATIVO AO ESPÍRITO E À PRÁTICA SEGUIDA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à proposta de adequação do texto deliberativo ao espírito e à prática seguida no Feriado Municipal.—

—————*Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em análise, remetendo esclarecimentos para os documentos que tinham sido previamente distribuídos. —————

—————O Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas inscrições. Como ninguém mostrou interesse em intervir, este ponto foi colocado em votação tendo sido apurado o seguinte resultado: unanimidade. —————

—————Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta de Adequação do Texto Deliberativo ao espírito e à prática seguida no Feriado Municipal, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. —————

—————**4. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**—————



_____ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO._____

_____O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período destinado à intervenção do público, aceitando inscrições._____

_____Inscreveram os munícipes António Jorge Ribeiro de Figueiredo, José António Figueiredo e João Paulo Monteiro Correia._____

_____ *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Após cumprimentar os presentes, começou por afirmar não saber qual o regimento da Assembleia Municipal que estava em vigor, por inexistência de publicação recente, e no pressuposto de não ter havido alteração a sua intervenção tinha enquadramento nos números dois e três do artigo vigésimo oitavo. Disse pretender dar o seu contributo para melhorar a classificação do Município no Índice da Transparência Municipal. Reportou-se à data de dezoito de outubro de dois mil e dezassete, referindo ter enviado um email ao Presidente da Câmara Municipal sobre o qual não obtivera resposta. Disse admitir que o conteúdo do mesmo pudesse não merecer concordância, mas entendia que deveria ter uma resposta. Solicitou de seguida que o regimento da Assembleia Municipal fosse publicado; que a Câmara e Assembleia Municipal disponibilizassem de forma mais atempada as atas das reuniões e sessões, pois para quem pretende acompanhar a atividade municipal, tais documentos são de primordial importância. Pediu para que o acompanhassem numa reflexão, que pretendeu fazer no início da sua intervenção, e que tinha a ver com a forma de fazer política, afirmando que quando se discute política não são os decibéis que devem imperar, mas sim as ideias e os valores. Agradeceu a disponibilização atempada da documentação de apoio às sessões da Assembleia Municipal, pedindo um maior cuidado nessa disponibilização, quer na forma, quer no conteúdo, referindo em particular à Ciclovia de Carregal do Sal que não tinha conseguido visualizar. Prosseguiu a sua intervenção para mencionar que era um leitor fidedigno das atas da Assembleia e da Câmara Municipal e tinha



ficado surpreendido com o facto dos Vereadores da Oposição, apesar de terem afirmado que seriam uma Oposição construtiva, votarem contra as Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de dois mil e dezoito, sem terem feito qualquer justificação. Também, aquando da aprovação dos Vereadores a tempo inteiro não houve, da parte dos Vereadores visados, o respetivo impedimento. Registou com agrado o facto das reuniões públicas da Câmara Municipal se realizarem às vinte e uma horas. Pediu a intervenção da Câmara Municipal, no sentido da publicidade dos partidos ser retirada dos sítios onde é colocada, na medida em que todos os dias é confrontado com essa existência, exemplificando o caso dos cartazes do Bloco de Esquerda colocados na passagem inferior de Oliveirinha. Por se ter falado em subsídios, disse não compreender como é que uma associação sem atividade e direção, iria receber um subsídio de quinhentos euros. Reportou-se de novo ao conteúdo das atas e à alusão de uma reunião do Vice-presidente da Câmara havida com a responsável da Biblioteca e do Museu Municipal sobre o funcionamento dos serviços, sugerindo que pudesse haver uma redefinição do horário da Biblioteca Municipal, mais consentâneo com a disponibilidade das pessoas, de modo a criar hábitos diferentes nesses utentes. Concluiu a sua intervenção, informando ter feito uma exposição ao Provedor do Município sobre a necessidade de atualização do portal do município, dando explicações pormenorizadas do que pretendeu alertar e que, provavelmente, não foi compreendido. _____

_____ *José António Figueiredo Almeida* – Após cumprimentar os presentes, usou da palavra para se referir às árvores que pendem para a via pública e que representam um perigo, requerendo à Câmara Municipal que notifique os proprietários para o efeito. Pediu para que fosse revista a sinalização na Rua da Cruzeiro, com a possibilidade de colocação no chão de uma “pera”, de modo a que pudesse ser garantida a segurança dos utentes. Concluiu a intervenção, afirmando que quando fez parte da Junta de Freguesia



de Oliveira do Conde, tinha sido aprovado o nome do senhor Atílio dos Santos Nunes para uma rua junto ao Bairro Social, pedindo para que tal processo fosse retomado. Disse ter ficado dececionado por não terem sido suspensos os trabalhos desta Assembleia Municipal, o que seria de toda a justiça. _____

_____ *João Paulo Monteiro Correia* – Após cumprimentar os presentes, referiu-se ao senhor Atílio dos Santos Nunes, pessoa estimada e respeitada no concelho e fora dele, afirmando que ele frequentava a casa dos seus pais, nomeadamente nos aniversários. Referiu-se às medidas de apoio do Governo às vítimas dos incêndios florestais, salientando que era do seu conhecimento estar em bom andamento a reabilitação das casas de primeira habitação. Disse comungar das ideias do Presidente e da Câmara Municipal no que diz respeito ao reordenamento e ocupação agroflorestal. Concluiu, referindo que em tempo tinha mandado sugestões para o Portugal 2020, que mantinha atuais, como a erradicação do amianto das escolas; reflorestação com árvores autóctones; alargar a rede de wifi; e alargar a eficiência energética com o recurso a leed. Referiu, ainda, não compreender como é que certas famílias habitavam casas sem condições sugerindo se possível que a Câmara Municipal pudesse fazer obras e até construir uma caldeira de aquecimento comunitária, para as pessoas de menores recursos. Disse que o município de Tábua não tinha feito a iluminação de Natal e tinha canalizado essas verbas para famílias carenciadas. _____

_____ O Presidente da Assembleia deu por terminado este ponto destinado à intervenção do público, tendo dado a palavra à Câmara Municipal para responder às questões colocadas. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para informar que não tinha recebido o email a que o munícipe Jorge Figueiredo se tinha referido e já não era a primeira situação em que emails ficavam retidos no servidor. A ciclovia de Carregal do Sal



vai da casa dos cantoneiros em Fiais da Telha, à Casa do Passal, passando pela Ribeira do Cabriz e ligando à Ecopista. Quanto aos cartazes disse que existe efetivamente um regulamento, cujo cumprimento fez com que não houvesse a colocação de cartazes nas paragens de autocarro, concordando, no entanto, de que existem outros sítios que não mereceram essa atenção e que quem os coloca não o deveria fazer da forma como o faz. A atribuição de subsídio pressupõe que tenha havido a candidatura da respetiva associação. A situação do site atualizado informou que a Câmara Municipal irá a curto prazo fazer a remodelação do mesmo. Quanto às árvores a pender para a estrada e a reflorestação disse já ter tido oportunidade de falar sobre os assuntos. Quanto à situação da placa em homenagem ao senhor Atílio dos Santos Nunes, disse que o processo poderá ser retomado, com a intervenção da Junta e Assembleia de Freguesia e posterior submissão à Câmara Municipal. A situação da sinalização na Rua do Cruzeiro informou que este assunto será encaminhado para a Comissão de Trânsito. A retirada do amianto pertence ao Governo e não à Câmara Municipal. Concluiu, referindo que já é prática desta Câmara Municipal ajudar famílias carenciadas na reparação de casas. —————

—————APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO DO ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. —————

—————O Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, iria pedir aos secretários para procederem à leitura da minuta das deliberações dos pontos números três ponto um, três ponto dois, três ponto três, três ponto quatro, três ponto cinco, três ponto seis, três ponto sete, três ponto oito, três ponto nove, três ponto dez e três ponto onze. Colocada em votação, decorrida votação nominal, a minuta foi aprovada por unanimidade. —————

—————ENCERRAMENTO. —————



———Esgotada a ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando era uma hora e trinta minutos do dia vinte e três de dezembro. —

———E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. —————

O Presidente da Assembleia Municipal,

Carlos Jorge Morgado Gomes

A Primeira Secretária,

Ana Isabel Abrantes Ribeiro

A Segunda Secretária,

Isabel Clara Amaral Teixeira.

